

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ALANA GABRIELA BARROS DOIA DA SILVA

Que história é essa?

Levantamento bibliográfico de artigos em História
sobre infâncias indígenas no Brasil

Delmiro Gouveia - AL

2022

ALANA GABRIELA BARROS DOIA DA SILVA

Que história é essa?

**Levantamento bibliográfico de artigos em História
sobre infâncias indígenas no Brasil**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora:

Profa. Dra. Suzana Santos Libardi

Delmiro Gouveia - AL

2022

Folha de Aprovação

ALANA GABRIELA BARROS DOIA DA SILVA

Que história é essa?

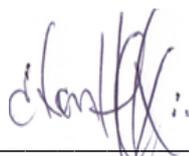
**Levantamento bibliográfico de artigos em História
sobre infâncias indígenas no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura Plena em
História da Universidade Federal de Alagoas –
Campus do Sertão e aprovado em 18 de fevereiro
de 2022.



Prof. Dra. Suzana Santos Libardi
(Orientadora)

Banca examinadora:



Prof. Dr. Edson Hely Silva
(Examinador Externo)



Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes
(Examinador Interno)

Que história é essa? Levantamento bibliográfico de artigos em História sobre infâncias indígenas no Brasil¹

Alana Gabriela Barros Doia da Silva²

Orientadora: Suzana Santos Libardi³

Resumo: Este trabalho, de natureza interdisciplinar, é derivado de uma pesquisa bibliográfica mais ampla, a qual identificou artigos publicados em periódicos brasileiros sobre crianças e infâncias indígenas em três áreas do conhecimento (Psicologia, Educação, Sociologia). Para o presente estudo, realizamos um incremento dos dados obtidos para contemplar também as produções na área da História, com o objetivo de conhecer a abordagem sobre as infâncias indígenas na área, e indiretamente conhecer a contribuição da mesma aos estudos acerca da infância no país. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir inicialmente da seleção de periódicos nacionais muito bem avaliados nas quatro áreas, obtendo um total de 177 periódicos, sendo 25 na História. Em seguida, aplicamos oito descritores para busca nos resumos dos artigos publicados, sem utilização de qualquer recorte temporal no acervo das revistas selecionadas. Como resultado, ocorreram no total 6.479 trabalhos relativos à infância(s) e criança(s), sendo apenas 37 (0,57%) das ocorrências relativas a pesquisas sobre/com crianças indígenas. No que tange especificamente à área da História, houve no geral 398 ocorrências, sendo apenas 6 artigos referentes à população indígenas mais jovem. Um olhar quantitativo detalhado sobre o volume de publicações demonstrou que a produção da História é muito incipiente, comparada às outras áreas estudadas. A leitura integral dos artigos selecionados da História evidenciou que a maioria dos trabalhos reporta pesquisas empíricas, as quais consideram as crianças indígenas como sujeitos, agentes em seus contextos culturais, sociais e políticos. Os objetos de estudo contemplados foram: as práticas pedagógicas indígenas, sonhos e canções (enquanto práticas orientadoras da interação com as crianças), rituais marcadores da passagem geracional, a custódia de crianças indígenas por instituições de adoção, e a infância indígena no processo de colonização. Foi evidente também a contribuição da Antropologia para a abordagem da História, o que reforça a necessidade da interdisciplinaridade nos Estudos da Infância, notadamente no estudo com/sobre a infância de crianças indígenas.

Palavras-chave: 1.pesquisa bibliográfica; 2.história; 3.infância indígena.

¹ Apoio: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Agradecimentos: Grupo de Leitura em Estudos da Infância (GLEI), subgrupo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano (NUDES), do Campus Sertão da UFAL.

² Graduanda do curso Licenciatura Plena em História pelo Campus Sertão da UFAL - alana.silva@delmiro.ufal.br

³ Professora adjunta do curso de Pedagogia do Campus Sertão da UFAL; coordenadora do GLEI-NUDES, da mesma instituição – suzana.libardi@delmiro.ufal.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da nossa atuação no Grupo de Leitura em Estudos da Infância (GLEI), que vem realizando, dentre outras ações, pesquisas bibliográficas sobre a produção acadêmica relativa a crianças indígenas no Brasil. Consideramos a interdisciplinaridade característica dos estudos sobre a infância no país, e consideramos também que crianças indígenas vêm sendo estudadas por pesquisadores/as de variadas áreas do conhecimento; entre as quais a Psicologia (GRUBITS, 2003), Educação (PEREIRA & NASCIMENTO, 2011) e Sociologia (NASCIMENTO, 2018). Buscamos, então, mapear as contribuições dessas áreas para a pesquisa com e sobre crianças e infâncias indígenas. Apresentamos resultados de um projeto de pesquisa executado ao longo de dois anos (2017-2018 e 2019-2020) no âmbito do GLEI, por meio do qual realizamos um levantamento de artigos nas áreas da Psicologia, Educação e Sociologia.

Para este trabalho especificamente, ampliamos a referida pesquisa para a área da História, haja visto seu papel nos Estudos da Infância, internacionalmente, como afirmado, e também nacionalmente (PRIORE, 2010). A partir daí, as perguntas-guia do presente levantamento foram: quais pesquisas têm sido publicadas sobre crianças indígenas nos periódicos na área da História no Brasil? Como se caracteriza a produção da História, comparando-a às outras áreas citadas? Nosso interesse voltou-se, portanto, ao tratamento das infâncias indígenas pela abordagem na História, bem como à contribuição dessa área para os estudos acerca da infância de modo mais amplo no país.

Os Estudos da Infância são um campo interdisciplinar. Entendemos que estudos interdisciplinares contribuem de forma positiva para a compreensão de um modo mais amplo do 'objeto' de estudo, uma vez que os recortes nas pesquisas são categorias artificiais e naturalmente essas categorias não são encontradas isoladas na concretude das vivências - como alertou Barros (2013), sobre os problemas do isolamento nas "caixas" de cada área de estudo; segmentação a qual nos impede de compreender diferentes dimensões dos fenômenos sociais e históricos. O diálogo entre áreas, numa perspectiva interdisciplinar de produção do conhecimento acadêmico, representa uma tentativa de aproximação da complexidade desses fenômenos estudados, e dos sujeitos que fazem a história. Sendo assim, a interdisciplinaridade se inscreve como uma estratégia oportuna para adentrarmos na

complexidade, no caso do estudo sobre o grupo geracional da infância, em todos os aspectos: de desenvolvimento, educacional, cultural, social, econômica, histórica, etc.

Os Estudos da Infância inicialmente se colocaram como um campo alternativo ao paradigma desenvolvimentista de estudo sobre a criança (RYAN, 2008); evidenciando que a infância é um grupo geracional, formado por sujeitos de pouca idade, os/as quais constituem ativamente a sociedade onde se inserem. Suas interações sociais são marcadas por uma relação de interdependência, ocorrendo trocas entre as gerações, e não apenas uma troca unilateral do adulto para a criança (LIBARDI, 2016; NASCIMENTO, 2018; PRADO; FREITAS, 2020).

A história tem contribuições muito importantes para os Estudos da Infância, sendo a obra de Ariès (1986) largamente citada, pois sua pesquisa histórica resultou numa problematização pioneira da posição destinada à criança na sociedade em geral e na família, a partir da Modernidade europeia. A partir deste trabalho, difundiu-se academicamente a noção de 'sentimento de infância', a qual possibilitou pensar a criança e infância como produções socioculturais e históricas – portanto, dinâmicas, em constante construção e diretamente interligadas com o meio social, cultural e geracional onde são engendradas. Apesar da inegável contribuição, o estudo de Ariès foi também criticado por alguns/algumas autores/as, tanto da História como da Antropologia (LIBARDI, 2016), indicando o eurocentrismo do escrito; haja visto a limitação da análise em contexto europeu ter sido usada para narrar a invenção da infância no mundo.

Considerando que as crianças e infâncias indígenas são o foco do presente trabalho, avaliamos importante reconhecer o marco do trabalho de Ariès para os campos da história da infância e dos Estudos da Infância, ao tempo em que apontamos para a necessidade de ampliação das várias histórias possíveis das infâncias, especificamente as indígenas. Na seção seguinte apresentamos nosso trabalho de buscar mapear um pouco o referido cenário.

2 MÉTODO

A pesquisa foi bibliográfica. Para a execução, realizamos um levantamento de artigos limitado ao acervo das revistas brasileiras avaliadas como de altíssima qualidade, em cada uma das quatro áreas citadas acima. Tratam-se de artigos que passaram por criterioso processo de avaliação e revisão, publicados em revistas de grande circulação e legitimadas pelos pares da comunidade acadêmica.

Adotamos as revistas A1 e A2⁴ do ranque *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no quadriênio 2013-2016 – o qual, apesar da defasagem, foi à época o quadriênio mais atualizado publicado oficialmente pela instituição e disponível *online* na Plataforma Sucupira.

O ranque adotado identifica os periódicos classificados como A1 e A2⁵ a partir dos ISSN (impresso e *online*, muitas vezes referentes a um só periódico). Excluindo-se as repetições, obtivemos especificamente na área da História inicialmente 106 periódicos diferentes.

Averiguamos o perfil da instituição promotora de cada periódico, visitando a página no Scielo ou os *sites* das próprias revistas e as instituições promotoras. Seleccionamos apenas os periódicos brasileiros muito bem avaliados na própria área.⁶ Para melhor aproveitamento dos resultados pesquisados na área de História, excepcionalmente, foram também incluídos periódicos de Antropologia muito bem avaliados naquela área; por serem considerados de área correlata e pelo volume de estudos históricos publicados nesse campo - o volume de revistas e publicações institucionalmente vinculadas à Antropologia as quais contribuem para a historiografia.

A Antropologia consolidou-se como área de estudo durante o século XIX (ROSA, 2011) através de reverberações da História e Geografia. Com a nova orientação metodológica de Malinowski, observamos a superação dos métodos tradicionais de “estudos de gabinete” para a realização do trabalho de campo, a observação participante, por meio da etnografia e a técnica da pesquisa etnográfica, que se difundiu *a posteriori* por todas as outras áreas das Ciências Humanas. Pela importância dos trabalhos e revistas antropológicos para a produção do conhecimento em História, alguns periódicos daquela constam em nosso levantamento. Isso foi confirmado ao longo dos procedimentos metodológicos, os quais confirmaram a grande quantidade de revistas A1 e A2 para a área de História tendo foco/escopo com

⁴ Periódicos de qualidade muitas vezes não são contemplados com as notas mais altas neste ranque. E também as revistas com as notas mais altas não são o único meio de publicação de pesquisas consistentes e de qualidade. Escolhemos adotar esse banco de dados pela relevância entre a comunidade acadêmica brasileira, bem como pela disponibilização sistemática e de fácil acesso dos nomes e registros do ISSN dos periódicos, tornando mais precisos os resultados obtidos.

⁵ Acesso em maio de 2021.

⁶ Exemplo: seleccionamos como periódicos da Educação apenas os brasileiros e realmente da área educacional, especificamente. Os periódicos nacionais interdisciplinares também foram incluídos, sendo alocados na área onde obtiveram sua mais alta avaliação.

interface entre História e Antropologia ou são promovidas por instituições da Antropologia.

Dos 106 periódicos diferentes alocados na História, 81 (76,4%) são promovidos por instituições internacionais e apenas 25 (23,6%) são nacionais – sendo uma parte A1 (12 revistas) e outra parte A2 (13 revistas). Um número tão pequeno de revistas nacionais pode impor por si só dificuldades de publicação para o grande volume de estudos produzidos na referida área. Além disso, constatamos que a maioria dos periódicos melhor avaliados, nesse ranque brasileiro, são na verdade iniciativas internacionais. Seria possível também pensar este dado como um dos efeitos possíveis da política de internacionalização?

Nas outras áreas contempladas também selecionamos apenas revistas brasileiras, de modo que o total geral obtido foi de 177 revistas nacionais; correspondendo ao quantitativo de revistas contempladas no levantamento. Por conseguinte, das 177 revistas selecionadas entre as quatro áreas, apenas 25 (14,12%) são da História.

Buscamos, no acervo das 177 revistas selecionadas, artigos relacionados à temática da pesquisa, sem adotar recortes temporais. Aplicamos, em seus resumos, a busca de quatro descritores que nomeamos como “gerais” (infância, criança e seus plurais) e mais quatro descritores específicos (infância indígena, criança indígena e seus plurais). Adotamos os descritores na forma singular e plural para melhor contemplar os termos adotados pelos/as autores/as; escolha que se mostrou significativa na contabilização das aparições de artigos. Simultaneamente, adotar oito descritores possibilitou um comparativo entre produções “gerais” sobre a geração das crianças, e específicas sobre as indígenas. Havendo no resumo, no mínimo, um dos oito descritores, o artigo foi selecionado. Obtivemos o que chamamos de aparições ou ocorrências⁷ de artigos. Adotamos essas ocorrências (gerais e específicas) como índice para a análise quantitativa da pesquisa, apresentada a seguir.

Depois realizamos, ainda, uma terceira etapa metodológica: a “repescagem”, consistindo em averiguar entre as ocorrências “gerais” se havia alguma específica. Ou seja, identificar artigos específicos que por ventura não tenham ocorrido por meio dos descritores específicos, mas sim por meio apenas de descritores gerais (infância, infâncias, criança, crianças) - exemplo: criança (desacompanhada do termo indígena).

⁷ Pois houve artigos contabilizados com mais de um descritor.

Então, observamos os títulos de todos os artigos, para que não nos passasse despercebido, por exemplo, trabalhos intitulados com nomes étnicos ao invés do termo indígena, generalizador. Apreciamos cada um dos títulos das ocorrências gerais, para repescar os trabalhos sobre crianças e/ou infâncias indígenas.

Com o presente trabalho, visibilizamos mais detalhadamente as ocorrências e artigos da área da História sobre crianças indígenas. Os resultados do levantamento de artigos nesta área foram cotejados a seguir com a quantidade de publicações das outras áreas das Ciências Humanas contempladas na pesquisa mais ampla. Depois, apresentamos cada um dos trabalhos em História - os temas, aporte teórico adotado, método da pesquisa (com crianças? Sobre crianças?) e principais conclusões.

3 UM OLHAR QUANTITATIVO SOBRE A PRODUÇÃO EM HISTÓRIA E OUTRAS ÁREAS

A partir do método adotado, identificamos, no acervo dos 25 periódicos selecionados na área da História, um total de 398 ocorrências de artigos. Nas quatro áreas pesquisadas, o volume de publicações identificado representou 6.479 ocorrências, incluindo também as da História. Conseqüentemente, as 398 ocorrências desta área, representam aproximadamente 6,1% do total das ocorrências dos artigos levantados nas áreas contempladas em nossa pesquisa. Uma vez que os trabalhos foram identificados por descritores gerais e específicos, referem-se a pesquisas sobre infância(s) e/ou criança(s) indígena(s), foco desse estudo, mas também representam o total de trabalhos sobre infância(s) e/ou criança(s) “no geral”, sem o recorte étnico. O achado demonstra o quanto a área de História vem publicando pouco sobre essa geração nos periódicos selecionados.

A distribuição do total de 6.479 ocorrências nas quatro áreas foi muito desigual: Educação e Psicologia somam 6.005 ocorrências de trabalhos (92,7%) e na Sociologia houve apenas 76 (1,2%). Considerando que a História contribuiu com 398 (6,1%) do volume total de ocorrências (6.479), demonstra-se mais uma vez o protagonismo e a tradição das áreas da Educação e Psicologia na produção acadêmica sobre as gerações mais novas no país. Simultaneamente, constatamos que a História publicou mais que a Sociologia. Esse aspecto é muito significativo, pois a Sociologia tem tido papel muito relevante para a constituição dos Estudos da Infância (ABRAMOWICZ, 2015; NASCIMENTO, 2013; SIQUEIRA, 2013), mas

percebemos que, comparado às outras áreas, a contribuição teve o menor volume dentre os periódicos selecionados.

O total de 6.479 ocorrências de artigos dividiu-se entre ocorrências gerais e específicas. Ocorreram 6.442 trabalhos (99,43%) sobre criança(s)/infância(s). A aplicação de descritores específicos possibilitou identificar as ocorrências de trabalhos voltados aos indígenas, com os quais identificamos apenas 37 (0,57% do total) - evidenciando a baixa produção sobre crianças e infâncias indígenas em periódicos bem avaliados em todas as áreas contempladas.

Dentre as 37 ocorrências específicas, a área de História contribuiu apenas com 2 artigos; sinalizando que o recorte étnico, quando interseccionado com a geração da infância, produziu um efeito de marginalização dessa população no meio acadêmico. Na História, a criança/infância tem um lugar de coadjuvante, ou até mesmo de figurante das narrativas históricas (PRIORE, 2010); sendo possível afirmar o mesmo do tratamento aos povos indígenas (DORNELLES, 2011; ALMEIDA, 2010). Tratam-se de marcadores distintivos da desigualdade, mas ambos manejados como exotizantes e, nessa perspectiva, raramente mencionando crianças e indígenas como sujeitos protagonistas também da/na história.

Sabemos (ALMEIDA, 2010; BITTENCOURT; BERGAMASHI, 2012; SILVA; MATTOS, 2018a, 2018b) que há um crescimento nas últimas décadas nos estudos sobre os povos indígenas, mas a baixíssima expressividade desses números nos fez questionar se, apesar do reconhecimento contemporâneo do lugar de fala desses povos, de suas expressões socioculturais de autoafirmação, ainda a atenção científica é concentrada sobre suas gerações mais velhas; deixando as crianças em posição de muito menor visibilidade no meio acadêmico.

Diante da baixa quantidade das ocorrências específicas, a realização da “reescavação” foi fundamental. Buscamos, entre as 6.442 ocorrências gerais das quatro áreas pesquisadas, trabalhos específicos que porventura foram identificados apenas por meio de algum dos descritores gerais. Como afirmado na seção anterior, para identificarmos os “reescavados” lemos cada título das ocorrências tidas como gerais.

Considerando que a leitura integral dos trabalhos, apresentada na seção seguinte, foi voltada à área da História, apresentamos os resultados da reescavação nesta área. Restritamente sobre esta área, dentre as 398 ocorrências, obtivemos 7 ocorrências indígenas em cujos títulos não constava nenhum descritor específico

adotado. Descartamos os títulos repetidos - identificados por mais de um descritor, restando a soma de 4 artigos.

Sendo assim, 6 artigos abordaram indígenas (4 “repscados” de descritores gerais e 2 com descritores específicos), dentre 398 ocorrências relativas a crianças e/ou infâncias publicadas pelas 25 revistas de História. Os 6 trabalhos são analisados no item seguinte.

4 QUE HISTÓRIA É ESSA? ANÁLISE QUALITATIVA DAS PRODUÇÕES DA ÁREA

Descrevemos a seguir as produções selecionadas na área da História (BOTELHO; WEIGEL, 2011; TASSINARI, 2015; PROFICE; SANTOS, 2017; DIAS, 2018; COHN, 2021; NASCIMENTO, 2014). Quanto ao aporte teórico adotado pelos 6 artigos analisados, Botelho e Weigel (2011) partiram da história da saúde, Tassinari (2015) denominou seu trabalho explicitamente vinculado aos Estudos da Infância, Profice e Santos (2017) à sociologia da infância, Dias (2018) adotou a etnografia, e Cohn (2021) a antropologia da criança. Nascimento (2014) vinculou o texto à Antropologia Social. Mesmo nos artigos não vinculados diretamente aos Estudos da Infância, notamos que as reflexões apresentadas sobre crianças/infâncias relacionam-se às concepções fundantes do referido campo de estudos, como observamos a seguir:

Abordar o tema da infância no Brasil é sempre uma tarefa plural, são infâncias, construídas por meio de processos sócio-históricos que usam como matéria-prima os estilos de infância disponíveis, em um dado momento e em um dado lugar. Partimos da teoria sócio-histórica vigotskiana que defende a ideia de que não há um padrão de infância ou desenvolvimento universal que se adapte a qualquer contexto (PROFICE; SANTOS, 2017, p.309).

Percebemos, então, que apesar de não vincular o trabalho explicitamente ao campo dos Estudos da Infância, quase todos os artigos citados contribuem diretamente com aquele campo, considerando as reflexões apresentadas internamente nos textos.

Quanto ao período das publicações selecionadas, em nossa pesquisa buscamos artigos relativos às infâncias indígenas em todo o acervo dos periódicos das áreas contempladas, sem adotarmos nenhum recorte temporal. Mesmo assim, a maior incidência de artigos concentrou-se nas últimas décadas. Esse marco foi ainda mais evidente nos artigos na área de História: os 6 artigos selecionados foram

publicados entre 2010 e 2018. Essa maior concentração de trabalhos voltados para as infâncias nas últimas décadas também foi identificada por Prado (2014), na tese de doutorado, quando concluiu:

[...] as pesquisas podem anteceder vários anos à publicação dos artigos, seria possível averiguar a hipótese, com Nascimento e colaboradoras (2013), Martins Filho e Martins (2012) e Silva, Luz e Faria Filho (2010), de que a emergência dos estudos sociais da infância no Brasil no início da década anterior tenha, de certa forma, impactado nos modos de pesquisar crianças e infância, com especial atenção à voz das crianças (p.139).

Mesmo com a timidez dos números resultantes especificamente sobre as infâncias indígenas, percebemos uma maior incidência de ocorrências nas duas últimas décadas, endossando a possibilidade de um crescimento do interesse acadêmico, com mais trabalhos reconhecendo a criança como sujeito, sua autonomia e protagonismo frente à realidade em que vive.

Quanto aos métodos adotados nas pesquisas reportadas pelos artigos, apenas 1 provinha de pesquisa teórica (PROFICE; SANTOS, 2017), 1 outro reportou pesquisa teórica e empírica (NASCIMENTO, 2014) e os outros 4 adotaram o método empírico para a construção de dados (BOTELHO; WEIGEL, 2011; TASSINARI, 2015; COHN, 2010; DIAS, 2018).

Apenas no artigo de Tassinari (2015) as crianças apareceram como únicas participantes a reportar suas próprias experiências. Outros 4 artigos (COHN, 2010; DIAS, 2018; NASCIMENTO, 2014; PROFICE; SANTOS, 2017) optaram por executar as pesquisas com e sobre as crianças. A pesquisa de Botelho e Weigel (2011) abordaram a infância indiretamente, pois trataram sobre um ritual de transição da vida infantil masculina para a vida adulta, a partir de visitas ao povo indígena e uma revisão bibliográfica para analisar o ritual da tucandeira e os ajustes para o atual contexto vivenciado pelos indígenas, habitantes de uma área urbana.

Em uma oportunidade anterior (LIBARDI; SILVA, 2021), analisamos também detalhadamente os artigos publicados na área da Psicologia. Nesta área, os artigos selecionados abordaram os seguintes temas de estudo: os desenhos de crianças indígenas, a identidade, a cultura, as brincadeiras e a infância das crianças indígenas.

Na área da História, quanto ao tema de estudo, foram contemplados: práticas pedagógicas indígenas, sonhos e canções (enquanto práticas orientadoras das interações com as crianças), rituais marcadores da passagem geracional, a custódia de crianças indígenas por instituições de adoção, e a infância indígena no processo

de colonização. Esses temas de estudos foram contemplados da forma descrita a seguir. Práticas pedagógicas indígenas, fortalecedoras dos laços afetivos e identitários, abordadas por Tassinari (2015) junto ao povo Galibi-Marwarno, no Norte do Amapá. O autor Dias (2018) abordou sonhos e canções enquanto práticas orientadoras das interações com as crianças do povo Guná, no Panamá. Rituais marcadores da passagem geracional foram abordados por dois trabalhos: Botelho e Weigel (2011) com o povo Sateré-Mawé, em uma aldeia na área urbana de Manaus; e Cohn (2010), que também retratou questões geracionais, mas no âmbito dos cuidados ritualísticos pós morte entre os Mebengokré-Xikrin, na Região Norte. A custódia de crianças indígenas por instituições de adoção foi abordada por Nascimento (2014), referente ao povo Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e a situação que crianças indígenas enfrentavam quando custodiadas institucionalmente – ocorrendo dupla vulnerabilidade, visto vivenciaram uma situação de insegurança na sua casa original e depois, na própria instituição, correndo o risco de perder o referencial identitário ou ao ser adotado por uma família não indígena. A infância indígena no processo de colonização foi abordado por Profice e Santos (2017), apresentando um panorama histórico, tratando de um modo geral a infância indígena durante o primeiro momento de contato com os europeus durante o processo de colonização no atual território brasileiro.

Neste artigo, de Profice e Santos (2017), percebemos um movimento contrário ao dos demais textos. Os autores partiram de uma infância indígena generalizada, relatadas nas fontes pelos europeus como Tupis. Em que pese este viés generalizador da ideia de indígena, o trabalho construiu uma narrativa reflexiva sobre as formas de valorização dos sujeitos infantis, seu protagonismo e autonomia. Os demais artigos trataram de povos indígenas específicos e diferenciados nas especificidades socioculturais como a cosmovisão, por exemplo. Este movimento de visibilidade acadêmica das etnias evidencia a diversidade indígena. Nesse sentido, ao longo desses trabalhos destacaram-se aquele povo e a forma de vivenciar as experiências concretas do cotidiano, afastando a figura do “índio” cristalizado em uma unidade supostamente universal ou atemporal (BITTENCOURT; BERGAMASHI, 2012). Nesse sentido, também afirmaram os Munduruku:

Mas meu neto, você não é índio, você nunca foi índio. E eu me perguntei, como assim? É, você é Munduruku, você pertence a um povo, você tem raiz,

you have the place where you came from, this thing of being Indian is something from the city, you are Munduruku. (POVOS INDÍGENAS - MUNDURUKU)

Partindo deste pressuposto avaliamos como proveitoso a etapa da repescagem, não somente com a agregação de mais artigos, mas por evidenciar a opção de pesquisadores/as pela nomeação étnica dos povos indígenas, em vez das categorias generalizadoras (JESUS; MALDONADO, 2017). Em relação ao campo da infância, um maior uso da nomeação étnica para qualificar os grupos de crianças indígenas indica também um movimento de inserção da diversidade de povos entre as infâncias indígenas e, simultaneamente, entre as infâncias não indígenas; reconhecendo-as como outras formas de infância.

Quanto ao conceito de infância adotado nos trabalhos, apenas um artigo (BOTELHO; WEIGEL, 2011) não possibilitou, a nosso ver, entender o conceito adotado. Os demais textos, mesmo algumas vezes não definindo infância expressamente, qualificaram explicitamente da seguinte forma: argumentaram pela autonomia infantil, buscando a desnaturalização da universalização da infância e a atuação da criança como sujeito ativo no meio onde vive. Um desses (COHN, 2010), discutiu a noção de infância não apenas adotada academicamente, mas também a compartilhada pelo povo estudado e a forma como percebiam as crianças. Observamos uma valorização do olhar dos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa, marcadamente de viés antropológico, e a importância seminal tanto para o indigenismo como também para os Estudos da Infância, um campo que cada vez mais vem produzindo reflexões sobre a necessidade de desuniversalização da noção de infância academicamente difundida, inclusive internamente no próprio campo (NIEUWENHUYS, 2013; CASTRO, 2021).

Com o trabalho citado de Cohn (2010) especificamente, conhecemos um pouco da perspectiva dos indígenas Mebengokré-Xikrin sobre o assunto. Para esse povo, o corpo da criança vai sendo formado e a partir dele também a pessoa na individualidade e coletividade: “Grande parte de seus esforços, rituais, técnicas visam a fabricação contínua e continuada do corpo, construindo-se assim a própria pessoa indígena e sua humanidade” (COHN, 2010, p.100). A importância do corpo para a noção de criança indígena relaciona-se algumas vezes aos procedimentos de cuidados e preparação desse corpo. Esta característica de preparação do corpo para melhor vivenciar cada fase vivida também está presente em territórios de outros povos e constou em outros artigos. Tassinari (2015), por exemplo, destacou a importância

das interações intergeracionais para a formação do corpo das crianças, nomeada pela autora de pedagogias nativas.

Há uma atenção em produzir corpos ativos e dispostos, em 'soltar' as crianças para que se movimentem por conta própria, para que 'peguem um ritmo da comunidade'. Não se trata, portanto, de uma forma espontânea ou inata de aprender, mas de um recurso cultivado e estimulado, com ênfase na iniciativa dos aprendizes (p.169).

Esse aspecto, do investimento social na construção do corpo da criança, é muito importante, pois ressalta a porção física, corpórea, concreta, na construção social e comunitária da pessoa da criança em si, como também a construção dessa pessoa enquanto membro de um povo indígena.

4.1 CRIANÇA E INDÍGENA

A partir das narrativas apresentadas nos artigos sobre os povos indígenas contemplados nas pesquisas, foi facilmente perceptível as possibilidades de colocar os textos em diálogo, articulando as informações. As crianças indígenas foram abordadas no presente trabalho como um grupo sociocultural específico, mas que, como as outras crianças, também produzem a si mesmas e as infâncias a partir da ação e do contexto. No texto de Profice e Santos (2017), os autores contrastaram uma infância europeia a uma infância indígena, durante a colonização das terras atualmente chamadas de Brasil. Os autores apontaram duas populações infantis: as crianças Tupinambás e os 'Grumetes'. Estas eram crianças europeias que auxiliavam o trabalho dos adultos nas viagens marítimas de forma compulsória, por determinações de classe social. Eram vistas como mão de obra desqualificada e duramente corrigidos com punições e violências. E as crianças Tupinambás narradas como participantes de forma orgânica da vida em coletividade, sem disciplinas rígidas, gradativamente aprendiam e atuavam no sustento das famílias. Com isso, "Buscamos ilustrar como crianças podem assumir diferentes valores e papéis sociais conforme seus contextos sócio-históricos" (PROFICE; SANTOS, 2017, p.321).

A reprodução sociocultural, importante para a afirmação dos povos indígenas, foi apontada por Botelho e Weigel (2011) como em constante construção e reconstrução de acordo com as novas demandas sociais e individuais.

[...] na luta pela sobrevivência e pela afirmação étnica do grupo Sateré-mawé em meio urbano, instaurou-se um constante movimento de

construção/desconstrução/reconstrução cultural que produziu novos significados e usos dos elementos culturais [...] (p.742).

Os movimentos gerados pelas interações humanas estão em constante transformações, constituindo as gerações, as diferenças e similitudes, envolvendo indivíduos de diferentes gerações. As hierarquias, por exemplo, sobre a participação de jovens e velhos, mulheres e homens, resultam da criatividade humana e a tendência em construir o 'eu' em detrimento do 'outro' (LARAIA, 1986; HALL, 2006; BAUMAN, 2005).

Nascimento (2012) denunciou na pesquisa os prejuízos provocados quando esses mecanismos de afirmação e ressignificação sociocultural são negados às crianças, discutindo sobre crianças indígenas em lares de adoção. Onde relegaram às as mesmas o lugar de vítima, solapando as potencialidades como sujeitos sociais, silenciando-as ao evidenciar apenas as características negativas, esquecendo do universo referencial que são as práticas cotidianas no território indígena, as vinculações parentais e religiosas.

A forma como os povos indígenas cuidam, educam e tratam as crianças também é um tema relevante em vários estudos, buscando identificar essa diversidade. Alguns procedimentos relacionam-se ao lugar ocupado pelas crianças socialmente. O texto de Cohn (2010) apresentou um aspecto complexificando nosso olhar sobre o assunto: na pesquisa entre os Mebengokré-Xikrin foi possível concluir que os procedimentos executados socioculturalmente sobre os corpos das pessoas ao longo da vida (rituais, ornamentos, relações, etc.) demonstravam distinção de cada etapa da vida. Porém, esses cuidados distintos para cada geração pareciam modificar-se quando deparam-se com a morte. Essas diferenças eram apagadas e o corpo de uma criança ao morrer recebia os ornamentos e tratamentos de um adulto.

Avaliamos que esse aspecto como muito importante, pois coloca questões sobre as hierarquias geracionais. Apontando também para a necessidade do conhecimento científico lidar com a cosmovisão dos povos, fazendo as populações mais jovens serem crianças e indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, observamos a quantidade de artigos publicados na área de História sobre crianças(s)/infância(s), sendo constatada a baixa quantidade de trabalhos veiculados nos periódicos de alta circulação da área da História no Brasil.

Demonstramos a quantidade pouco expressiva dessas publicações, especificamente comparada às áreas de Educação e Psicologia. Os contrastes no volume das publicações entre áreas pode servir a reflexões internas de cada uma delas, e simultaneamente a disputas dos discursos acadêmicos em torno das infâncias.

A infância indígena foi o foco da pesquisa realizada. Contemplamos interseccionalmente geração e etnia no levantamento realizado, de modo que identificamos especificamente os artigos publicados, naqueles periódicos, sobre crianças e infâncias indígenas. Apreciamos o conteúdo desses textos publicados de forma pioneira nas revistas selecionadas da área de História. Destacamos os aspectos mais relevantes das pesquisas reportadas, considerando os objetivos da presente pesquisa.

É historicamente recente o reconhecimento acadêmico da presença e ação de crianças indígenas na realidade social e histórica. Almeida (2010), por exemplo, nomeou uma das seções de seu livro como “No tempo dos bastidores”, referindo-se aos séculos de invisibilidade e silenciamento dos povos indígenas; apresentando a metáfora dos bastidores para ilustrar o único lugar onde poderiam estar, sempre a serviço de alguém, seja para os mandos dos colonos ou como os vilões a serem combatidos. Paralela a essa situação quanto aos indígenas, também o histórico encapsulamento da criança nos estudos da instituição social família, ou seja, a abordagem desse sujeito social a partir do papel na constituição familiar - sendo o caso, por exemplo, do trabalho de Ariés; em que pese o grande esforço na argumentação da construção histórica da noção de criança e *da família*. Considerando isso, ao iniciar nossa pesquisa perspectivamos portanto baixos resultados para o levantamento bibliográfico proposto.

Porém, ao averiguarmos rigorosamente o volume dos artigos selecionados, constatamos a alarmante baixa produção na área de História, tanto nos artigos sobre infâncias, como sobre as infâncias indígenas. Isso mostra que a área precisa de mais pesquisas contemplando para além do que os/as adultos/os podem falar; buscar ouvir também os sujeitos crianças que, por tantos séculos, são invisibilizadas, e também escutar os sujeitos indígenas, sobre os quais foi até mesmo decretada a “extinção”. Nesse sentido, o esforço relevante seria o historiador buscar os vestígios humanos (BLOCH, 2001), para formar a “colcha de retalhos” (GINZBURG, 2007) com os diversos tipos de fragmentos encontrados, apresentando eventos que tiveram seu crepúsculo.

Para essa construção são fundamentais as vozes dos agentes históricos crianças, que através de seus meios e formas próprias, não só integram a paisagem social, como também interagem com as demais gerações, interferindo, reproduzindo, reconstruindo e criando a forma de vivenciar o cotidiano (PEREIRA; NASCIMENTO, 2011). É necessário combater o adultocentrismo que produz análises reducionistas e silencia as protagonistas da pesquisa, as crianças, por atribuírem as mesmas uma incapacidade de falar de si, tuteladas (LIBARDI, 2016). Longe de hierarquizarmos as gerações, com essa reflexão afirmamos a necessidade de se ouvir a voz dos/as próprios/as atores/atrizes da história que buscamos narrar, no universo de compreensão dos/as mesmos/as, considerando toda a complexidade.

Para buscar essa compreensão, seja dos eventos ou das personagens, é necessário o esvaziamento dos preconceitos tão presentes na construção da “História oficial”, seja ao considerar apenas fontes escritas, grandes nomes, eventos e personagens, com apenas a estes o privilégio de “entrarem” para a história. Indo no movimento contrário a isso, sinalizamos a importância da ampliação das fontes, interdisciplinaridade para o rompimento do *status* hierarquizante da “História oficial” e ampliação do reconhecimento das diversas histórias, de diversos eventos e personagens. Assim, reservamos o ‘H’ maiúsculo apenas para o nome da disciplina/área.

Por fim, destacamos que a pesquisa realizada concentrou-se em um número limitado de periódicos da História e, portanto, apresentamos um recorte restrito das pesquisas e publicações na área sobre as novas gerações. Percebemos a ausência completa da Região Nordeste nos resultados da pesquisa, seja dentre os periódicos bem avaliados selecionados ou entre os povos estudados.

Há muitos artigos sobre o tema não contemplados em nosso levantamento (nas outras muitas revistas avaliadas pelo *Qualis*, bem como artigos publicados posteriormente à realização do nosso levantamento⁸).

Citamos, por exemplo, o trabalho de Silva (2014), publicado em uma revista não contemplada por nossa pesquisa. O texto tratou do ensino da história e cultura dos povos indígenas para crianças por meio do cinema – não discutindo, portanto, as infâncias indígenas propriamente, mas sim do ensino da história sobre os povos

⁸ Que foi executado na História em maio de 2021, e na Educação, Psicologia e Sociologia em 2018 e 2020.

indígenas. Simultaneamente, sinalizando uma possível inclusão da infância na História: explicitando o papel na história do povo. Também, como exemplo, citamos o periódico Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, publicado pela Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS), que por meio de duas edições de um dossiê⁹, sinalizou a nosso ver um esforço editorial ao publicar trabalhos sobre infância na História. Dentre os artigos integrantes dos dois números especiais, constam três textos relativos ao contexto indígena. Estes e outros artigos, não incluídos em nossa pesquisa, contribuem para responder a pergunta sobre o que tem sido pesquisado na área de História a respeito da infância no Brasil, incluindo as indígenas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Florestan Fernandes: cultura infantil. In: ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2015, p.15-22.

ALMEIDA, Maria R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro; Guanabara, 1986.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades de abordagens**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Vecchi**. Rio de Janeiro; Zahar, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria F.; BERGAMASHI, Maria Aparecida. Apresentação - Dossiê de História Indígena. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 2, p.13-19, 2012. ISSN 1806-3993.

BLOCH, Marc Leopold B. **Apologia da História, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, João Bosco; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira Medeiros. Comunidade sateré-mawé y'apyrehyt: ritual e saúde na periferia urbana de Manaus. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul/set. 2011, p.723-744.

⁹ Sendo um número de 2020 intitulado "História e Direitos da Criança e do Adolescente na América Latina (Jul-Dez/2020)", disponível em <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/issue/view/782>>; e outro número de 2021 intitulado "Direitos das Crianças e Adolescentes na América Latina – Homenagem a Profa. Esmeralda Moura (Edição Especial/2021)", disponível em <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/issue/view/790>> ; acesso em 9 de março de 2022.

CASTRO, Lucia R. de. Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. In: CASTRO, Lucia R. de (Org.). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador; EDUFBA, 2021, p.41-60.

COHN, Clarice. A criança, a morte e os mortos: o caso mebengokré-xikrin. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, dez 2010, vol.16, n.34, p.93-115. ISSN 0104-7183.

DIAS, Diego Madi. Entre a infância e o sonho: pedagogia guna da autonomia (Panamá). **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 24, n. 52, mai/ago. 2018. p. 315-338.

DORNELLES, Soraia S. **De coroados a Kaigang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. 2011 (134 p.). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRUBITS, Sonia. A casa: Cultura e Sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. esp., p. 97-105, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2006.

JESUS, Naine Terena de; MALDONADO, Matza. Das narrativas do cineclube em Cáceres às narrativas do cineclube às narrativas da Escola Indígena Lutuma Dias: a educação escolar indígena diferenciada. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 3. p. 141-152, set./dez. 2017. ISSN 1980-5314.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LIBARDI, Suzana Santos; SILVA, Alana Gabriela Barros Doia da. Crianças indígenas no Brasil: qual a contribuição das pesquisas em psicologia? **Revista de Psicologia**, Fortaleza. v.12 n.1, p. 48 - 60, nov. 2021. ISSN 2179-1740.

LIBARDI, Suzana S. **A proteção da infância e as relações intergeracionais a partir da perspectiva dos adultos**. (266 p.) Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. (Coord.). **Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz: relatório de pesquisa.** São Paulo: FEUSP, 2013.

NASCIMENTO, Silvana Jesus do. Múltiplas vitimizações: crianças indígenas kaiowá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul. **Horizonte Antropológico**, dez 2014, vol.20, no.42, p.265-292. ISSN 0104-7183.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 11-25, jan/abr. 2018. ISSN 1984-5987

NIEUWENHUYNS, Olga. Theorizing childhood(s): why we need postcolonial perspectives. **Childhood**. v. 20, n.1, p.3-8, 2013.

PEREIRA, Bárbara Elisa; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. De objetos a sujeitos de pesquisa: contribuições da sociologia da infância ao desenvolvimento de uma etnografia da educação de crianças de populações tradicionais. **Educação: Teoria e Prática**, São Paulo. v. 21, n. 36, p. 138-156, jan/jun. 2011. ISSN: 1981-8106.

POVOS Indígenas - Munduruku. Produção de Júnior Tenório. *YouTube* (6:15 min.). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=J_cwwHRhRw4&ab_channel=JuniorTen%C3%B3rio8> Acessado em 05 jan. 2022.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PRADO, Renata Lopes Costa. **A participação de crianças em pesquisas brasileiras das ciências sociais e humanas.** 2014 (296 p.). Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

PRADO, Renata Lopes Costa; FREITAS, Marcos Cezar de. Normas éticas traduzem-se em ética na pesquisa? Pesquisas com crianças em instituições e nas cidades. **Revista Práxis Educacional.** Bahia, v. 16, n.40, p. 25-46, jul/set. 2020.

PROFICE, Christiana Cabicieri; SANTOS, Gabriel Henrique Moreira dos. de grumetes a kunumys - estilos de infâncias brasileiras. **História e Educação**, Porto Alegre, v.21, n 53. set/dez 2017. p.307-325.

ROSA, Frederico Delgado. O fantasma de Evans-Pritchard: diálogos da Antropologia com a sua história. **Etnográfica.** v.15 n.2, p. 337-360, jun. 2011.

RYAN, Patrick J. Ryan. How New Is the “New” Social Study of Childhood? The Myth of a Paradigm Shift. **Journal of Interdisciplinary History**, xxxviii, p. 553–576, 2008.

SILVA, Artur Alves da. História e cinema na infância: a história dos povos indígenas e o ensino da linguagem cinematográfica na escola. **História & Ensino**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 243-270, jan./jun. 2014. E-ISSN: 2238-3018.

SILVA, Giovane José da; MATTOS, Izabel Missagia de. Apresentação do Dossiê: Protagonismos indígenas: diálogos entre História & Ciências Sociais em diferentes tempos e espaços coloniais. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 10(19), p. 5–8, 2018a.

SILVA, Giovane José da; MATTOS, Izabel Missagia de. Apresentação ao dossiê Protagonismos indígenas: diálogos entre História & Ciências Sociais em diferentes tempos e espaços contemporâneos. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 10(20), p. 4–7, 2018b.

SIQUEIRA, Romilson M. Por uma sociologia da infância crítica no campo dos estudos da infância e da criança. **Educativa**: revista de educação, Goiânia, v. 16, n. 2, p.177-200, 2013.

TASSINARI, Antonella. Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. **Horizonte Antropológico**, dez 2015, vol.21, no.44, p.141-172. ISSN 0104-7183.